



Cresciumal  
Agroindústria Ltda.  
(anteriormente denominada Raizen Nautilus Ltda.)

**Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2026**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Diretores e Quotistas da

## Cresciumal Agroindústria Ltda. (anteriormente denominada Raízen Nautilus Ltda.)

Leme – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cresciumal Agroindústria Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de dez meses e dez dias findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cresciumal Agroindústria Ltda. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de dez meses e dez dias findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

**Cresciumal Agroindústria Ltda.**  
*Demonstrações financeiras*  
*em 31 de março de 2026*

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



DocuSigned by  
**Daniel Marino de Toledo**  
Assinado por DANIEL MARINO DE TOLEDO 21599128537  
CPF: 21599128537  
Data/Hora de Assinatura: 6/26/2026 | 11:15:39 PM SBT  
O: KPMG Brasil, OLI Presencial  
C: BR  
Empresa: AC Certsign RFB GS  
ID: 1692687485

**Daniel Marino de Toledo**  
Contador CRC 1SP249851/O-8

**Cresciumal Agroindústria Ltda.****Balço patrimonial em 31 de março de 2026***(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2026</b>
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.535
Contas a receber de clientes e outros créditos	9	366
Conta corrente - Cooperativa	10	1.100
Estoques	11	14.916
Ativo Biológico	12	28.020
Adiantamentos a fornecedores		3.734
Impostos a recuperar	13	2.909
Despesas antecipadas		923
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>54.503</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Ativo fiscal diferido	20	17.816
Impostos a recuperar	13	893
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>18.709</b>
<b>Investimentos</b>	14	1
<b>Direito de uso</b>	15	77.114
<b>Imobilizado</b>	16	324.781
<b>Intangível</b>		115
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>420.720</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>475.223</b>

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2026</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores de cana e diversos	17	26.757
Passivo de arrendamento	18	38.574
Salários e férias a pagar	19	11.569
Impostos e contribuições a recolher		1.170
Outras contas a pagar		542
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>78.612</b>
<b>Não circulante</b>		
Passivo de arrendamento	18	80.384
Mútuo financeiro	22	107.743
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>188.127</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	23	
Capital social		240.382
Prejuízos acumulados		(31.898)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>208.484</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>266.739</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>475.223</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Cresciumal Agroindústria Ltda.

## Demonstrações do resultado

Período de dez meses e dez dias findos em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026 (10 meses e 10 dias)
<b>Receita líquida</b>	24	1.463
Variação do valor justo do ativo biológico	12	(36.429)
Custo dos produtos vendidos	25	<u>(2.598)</u>
<b>Prejuízo bruto</b>		<u>(37.564)</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
Administrativas e gerais	25	<u>(6.222)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>(43.786)</u>
Receitas financeiras	26	26
Despesas financeiras	26	<u>(5.216)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<u>(5.190)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>(48.976)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	<u>17.816</u>
Prejuízo do período		<u><u>(31.160)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Cresciumal Agroindústria Ltda.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Período de dez meses e dez dias findos em 31 de março de 2026**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2026</b> <b>(10 meses e 10 dias)</b>
Prejuízo do período	(31.160)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u><u>(31.160)</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Cresciumal Agroindústria Ltda.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Período de dez meses e dez dias findos em 31 de março de 2026

*(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo inicial</b>	100	-	100
Acervo líquido aportado na aquisição	240.282	(738)	239.544
Prejuízo do período	-	(31.160)	(31.160)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<u>240.382</u>	<u>(31.898)</u>	<u>208.484</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Cresciumal Agroindústria Ltda.****Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Período de dez meses e dez dias findos em 31 de março de 2026

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2026 (10 meses e 10 dias)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(31.160)</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades provenientes das atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	16	5.345
Amortização do Intangível		26
Amortização do direito de uso - CPC 06 (R2)	15	2.006
Varição do valor justo de ativos biológicos	12	36.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(17.816)
Ajuste a valor presente de passivo de arrendamento	18	1.980
<b>(Aumento) redução de ativos</b>		
Contas a receber de clientes e outros créditos		(366)
Conta corrente - Cooperativa		(1.100)
Estoques		(6.724)
Adiantamentos a fornecedores		(3.734)
Impostos a recuperar		(3.802)
Despesas antecipadas		(923)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Fornecedores de cana e diversos		26.486
Salários e férias a pagar	19	11.569
Impostos e contribuições a recolher		1.170
Outras contas a pagar		542
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>19.928</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Outros investimentos		(1)
Aquisição de ativos biológicos - aumento devido a tratos	12	(10.456)
Aquisição de imobilizado	16	(113.260)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(123.717)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento do passivo de arrendamento	18	(1.419)
Mútuo financeiro	22	107.743
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>106.324</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.535</b>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período		-
No fim do período	8	2.535
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	10	<b>2.535</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Cresciumal Agroindústria Ltda. (“Empresa”) (anteriormente denominada Raízen Nautilus Ltda.) é uma sociedade limitada domiciliada no Brasil, com sede na Estrada Vicinal José de Souza Queiroz Filho, s/nº, Km 12, na Zona Rural, no município de Leme, no estado de São Paulo. A Empresa tem por objeto principal a industrialização de cana de açúcar para fabricação de açúcar, etanol e produtos afins.

Parte substancial da matéria-prima consumida (cana de açúcar) é de produção própria e adquirida de terceiros. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Empresa tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil é chamado de safra e tem início em abril ou maio e termina em novembro ou dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor.

As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem na região Centro-Sul, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das commodities, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra. A Empresa possui como estratégia comercial o carregamento de produtos para comercialização durante a entressafra, dessa forma se beneficia dos melhores preços do período.

#### **Aquisição pela Cresciumal Bioenergia S/A Participações**

Em 09 de maio de 2025, foi celebrado, com a interveniência anuência da Raízen Centro-Sul S.A., da Raízen Nautilus Ltda., da Ferrari Agroindústria S/A e SRM Investimentos e Participações Ltda., o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual, mediante o cumprimento ou renúncia das Condições Precedentes, a Compradora comprometeu-se a adquirir através da Cresciumal Bioenergia S/A Participações 100% de participação do capital social da Cresciumal Agroindústria Ltda. e no âmbito do processo de Reestruturação Societária, as Partes acordaram pela separação dos Ativos e Negócios em duas sociedades, sendo que: (i) a Cresciumal Agroindústria Ltda., será detentora dos Ativos e Negócios relacionados às atividades agrícolas e agroindustriais; e (ii) a Cresciumal Termoelétrica Ltda. (anteriormente denominada Cogeração Nautilus Ltda.), deterá os Ativos e Negócios relacionados a geração e comercialização de energia elétrica. O preço pago por cada entidade foi dividido contratualmente através do Termo de

fechamento como R\$ 281.894 para a Cresciumal Agroindústria Ltda. e R\$ 40.132 para a Cresciumal Termoelétrica Ltda..

A Empresa foi originalmente constituída em 22 de maio de 2025 sob a forma de sociedade limitada unipessoal, com a denominação Raizen Nautilus Ltda., tendo como única sócia a Raizen Energia S.A. e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº NIRE 35266495876.

Em 18 de julho de 2025, foi constituída a Cresciumal Bioenergia S/A Participações, onde a Ferrari Agroindústria S/A e SRM Investimentos e Participações Ltda., realizaram a subscrição e integralização do Capital Social de 1.000 (mil) ações ordinárias no montante de R\$ 1 por ação, correspondente a 50% por cada acionista. A partir desta data, as adquirentes Ferrari Agroindústria S/A e SRM Investimentos e Participações Ltda. passaram a deter 50% de participação cada uma no capital social da Cresciumal Bioenergia S/A Participações, que detém 100% de participação no capital social da Cresciumal Agroindústria Ltda. e da Cresciumal Termoelétrica Ltda.

No dia 28 de outubro de 2025, foi realizado o aumento do Capital Social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 400.000, sendo R\$ 200.000 pela Ferrari Agroindústria S/A e R\$ 200.000 SRM Investimentos e Participações Ltda., correspondendo a 400.001 ações ordinárias nominativas.

No dia 10 de fevereiro de 2026, foi realizado o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no montante de R\$ 40.000, sendo R\$ 20.000 pela Ferrari Agroindústria S/A e R\$ 20.000 SRM Investimentos e Participações Ltda..

Em 01 de novembro de 2025 foi celebrado o Termo de Fechamento para formalizar a conclusão da operação e atestar o cumprimento das condições precedentes e das transferências de titularidade de contratos. A transação envolveu a aquisição de 1 (uma) unidade industrial especializada no cultivo de cana-de-açúcar e na fabricação de açúcar e etanol, a Cresciumal Agroindústria Ltda., e 1 (uma) unidade produtora de energia elétrica a partir da geração de calor, referente à Cresciumal Termoelétrica Ltda., adquirida pela Cresciumal Bioenergia S/A Participações.

As entidades operam em conjunto, em uma relação de consórcio, em que a Cresciumal Agroindústria Ltda. fornece o vapor resultante do processo de fabricação de açúcar e etanol para a Cresciumal Termoelétrica Ltda. para produção de energia e, em contrapartida, a Cresciumal Termoelétrica Ltda. cede uma parte da energia gerada à Cresciumal Agroindústria Ltda. para utilização na produção. A administração entende que as operações das entidades possuem valor quando realizadas em conjunto, em linha com a prática do mercado de combinar as atividades de produção sucroalcooleira e a geração de energia, uma vez que ambas se beneficiam do processo.

Com isso, este investimento corresponde ao investimento em conjunto pela Ferrari Agroindústria S/A com a SRM Investimentos e Participações Ltda. por meio de uma *Joint Venture* na Cresciumal Bioenergia S/A Participações que possui em suas atividades preponderantes a produção e o processamento de cana-de-açúcar destinados a produção de etanol, açúcar e cogeração de energia. Por se tratar de um controle compartilhado (50% das ações para cada investidor), o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial na Ferrari Agroindústria S/A.

A Cresciumal Agroindústria Ltda. é associada à Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo ("Cooperativa"), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa, os quais se tornam patrimônio comum e indivisível dos Cooperados. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado conforme estabelecido no estatuto da Cooperativa. A Cooperativa também promove a orientação das atividades operacionais e econômicas da Empresa, facilitando, inclusive, a utilização recíproca de serviços no âmbito administrativo, tecnológico, financeiro e jurídico, que são disponibilizados a todos os cooperados.

#### **Ativos e passivos líquidos identificáveis transferidos (valores contábeis)**

Em 1º de novembro de 2025, no contexto da aquisição do controle pela Cresciumal Bioenergia S/A Participações e da reorganização societária, a Empresa recebeu a contribuição de acervo líquido integralizada pelo respectivo valor patrimonial contábil.

Os principais ativos e passivos líquidos identificáveis transferidos na operação estão apresentados a seguir:

<b>Ativo</b>	<b>Valor contábil</b>
<b>Circulante</b>	
Estoques	8.192
Ativo Biológico	53.993
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>62.185</b>
<b>Não circulante</b>	
Direito de uso	91.919
Imobilizado	216.595
Intangível	141
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>308.655</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>370.840</b>
<b>Passivo</b>	<b>Valor contábil</b>
<b>Circulante</b>	
Passivo de arrendamento	42.649
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>42.649</b>
<b>Não circulante</b>	
Passivo de arrendamento	88.547
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>88.547</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	
Prejuízos acumulados	(738)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>130.458</b>
<b>Ativo e passivo líquido identificável (i)</b>	<b>240.382</b>

- (i) O montante do ativo líquido identificável apresentado no quadro (R\$ 240.382) corresponde aos ativos e passivos líquidos transferidos na operação. O capital social da Empresa, por sua vez, passou a refletir (i) o capital social inicial de R\$ 100, e (ii) o aumento de capital aprovado em 1º de novembro de 2025, totalizando R\$ 240.382 (representado por 240.381.743 quotas).

Por se tratar do primeiro conjunto de demonstrações financeiras da Empresa, não são apresentadas informações comparativas para o período anterior. Quando aplicável, referências à data de constituição/registro (22 de maio de 2025) são apresentadas exclusivamente para contextualização do histórico societário, não representando informação comparativa.

## **2 Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Empresa, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 14** – equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Empresa tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 20** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Nota explicativa nº 15 e 18** – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação; e
- **Nota explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2026 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** – Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa nº 15 e 18** – Taxa de desconto para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento registrado na conta de direito de uso e passivo de arrendamento;
- **Nota explicativa nº 6.j.iii** - Definição da vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 20** – Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos; e
- **Nota explicativa nº 21** - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da Empresa.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

## **6 Políticas contábeis materiais**

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

### **b. Conta corrente – Cooperativa**

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional por ato cooperativo, de acordo com a produção em relação as demais cooperadas. Sendo assim, a Empresa não prevê possibilidades de perdas decorrentes dessas operações.

### **c. Partes relacionadas**

As partes relacionadas correspondem aos montantes a pagar e a receber de pessoa física e jurídica, proveniente da movimentação de mútuo financeiro, compra e venda da cana-de-açúcar e aporte de capital. É uma extensão dos requerimentos de divulgação CPC 05(R1) do Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para informações a serem prestadas no balanço patrimonial ou nas notas explicativas que o acompanham.

**d. Fornecedores**

Parte substancial da matéria-prima consumida (cana-de-açúcar) é adquirida de terceiros, materiais de manutenção e prestação de serviços, necessárias a realização das atividades da Empresa, gerando assim um compromisso a pagar.

**e. Custos e despesas**

Os custos e despesas estão ligados diretamente as atividades agrícolas, industriais e administrativas, necessárias a produção de Açúcar e Etanol. Os custos são reconhecidos mensalmente e apropriados no estoque de produto acabado, sendo reconhecidas no resultado proporcional a realização das vendas.

**f. Receita**

***Venda de produtos***

As receitas de vendas de açúcar e etanol auferidas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Empresa em relação as demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n ° 66, de 05 de setembro de 1986, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**g. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre credores de recuperação judicial, juros sobre contratos de arrendamentos, juros sobre descontos concedidos e juros sobre contratos de mútuo.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**h. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob os planos curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**i. Imposto de renda e contribuições social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**j. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros

gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos de manutenção**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Empresa realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais ponderadas de depreciação para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	<b>% Ano</b>
Edificações	2,79
Equipamentos, máquinas e instalações	5,81
Móveis e utensílios	11,38
Veículos	12,64
Equipamentos de informática	22,29

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**k. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

**l. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A cana-de-açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

O estoque de Créditos de Descarbonização – CBIOS é reconhecido pelo seu valor justo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

**m. Investimentos**

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual através do qual a Empresa possui controle compartilhado, onde a Empresa tem direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Empresa reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa em sua coligada. A Empresa determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante de perda por redução ao valor

recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Empresa passa a reconhecer o investimento a valor justo.

O investimento mantido na Copersucar S.A. é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data base da Empresa conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

## **n. Instrumentos financeiros**

### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

#### *Instrumentos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Empresa pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

**Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**o. Capital social**

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

O Estatuto social da Empresa determina o percentual 2% sobre o lucro líquido do exercício como dividendos mínimos obrigatórios.

**p. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e

- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado.

No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) *Ativos financeiros não-derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de

valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

**(iii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**q. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**r. Provisão para ajuste do preço de cana**

A cana de açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pela Empresa de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de cana de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECAN, cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado

pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Empresa, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na rubrica de fornecedores.

**s. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterou sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconheceu os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

No período comparativo, como arrendatário, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

#### **t. CBIOS**

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da

participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de CBIOs, ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. A mensuração a valor justo desses Créditos de Descarbonização (“CBIOs”) na data das demonstrações financeiras foi registrado como estoque em contrapartida de outras receitas operacionais, líquidas.

## **7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026, no caso da Empresa após 1º de abril de 2026. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

### **a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

### **b. Emenda Constitucional nº 132/2023 – Reforma Tributária sobre consumo**

A Reforma Tributária sobre o consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que criou um modelo de IVA dual, composto pela CBS, de competência federal, em substituição ao PIS e a COFINS, e pelo IBS, de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS, além do Imposto Seletivo federal. A Empresa vem se preparando de forma antecipada,

com equipes multidisciplinares, para a implementação da Reforma Tributária, diante de relevância e complexidade da mudança. Estão em andamento algumas adequações em processos internos, sistemas e revisão de contratos, com foco na adaptação aos novos tributos e documentos fiscais. Nas demonstrações financeiras de 2025, não houve impacto da Reforma Tributária, uma vez que os tributos foram calculados conforme a legislação vigente. Os primeiros efeitos devem surgir a partir de 1º de janeiro de 2027.

#### **c. Outras normas contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC48 e CPC40);
- Classificação e mensuração de Instrumentos financeiros (alterações CPC48 e CPC40).

## **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2026</b>
Bancos	75
Aplicações financeiras	<u>2.460</u>
	<u><b>2.535</b></u>

Caixa e equivalentes de caixa são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. A exposição da Empresa a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros. As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB), indexadas a uma taxa de mercado com base em uma variação percentual média de 2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2026.

A exposição da Empresa a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros.

## **9 Contas a receber de clientes e outros créditos**

	<b>2026</b>
Contas a receber de clientes	164
Ferrari Agroindústria S/A (nota explicativa nº 22)	<u>202</u>
	<u><b>366</b></u>

A exposição da Empresa a riscos de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para os ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27.

## 10 Conta corrente – Cooperativa

	2026
Conta corrente - Cooperativa	<u>1.100</u>

Correspondem às operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66 de 05 de setembro de 1986.

A exposição da Empresa a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução do valor recuperável relacionadas às contas correntes-Cooperativa, são divulgadas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

## 11 Estoques

	2026
Insumos	7.793
Almoxarifado e outros	<u>7.123</u>
	<u><b>14.916</b></u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

## 12 Ativo biológico

	Cana
<b>Saldo inicial</b>	<u>-</u>
Acervo líquido aportado na aquisição (nota 1)	53.993
Aumento devido a tratamentos culturais	10.456
Mudança no valor justo	<u>(36.429)</u>
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<u><b>28.020</b></u>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Empresa, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Empresa estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil é chamado de safra e tem início em abril ou maio e termina em novembro ou dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor.

As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem na região Centro-Sul, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das commodities, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra. A Empresa possui como estratégia comercial o carregamento de produtos para comercialização durante a entressafra, dessa forma se beneficia dos melhores preços do período.

### **Lavouras de cana-de-açúcar**

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<b>2026</b>
Área estimada de colheita (em hectares)	10.082
Produtividade prevista (ton de cana/hectares)	82
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR	137
Valor de Kg da ATR	1,0816

A taxa de descontos utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,64% a.a. em 31 de março de 2026.

A Empresa revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Empresa determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica “Ativos biológicos” no ativo circulante e tem como contrapartida a rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”, no resultado do período.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

A Empresa está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

### **Riscos regulatórios e ambientais**

A Empresa está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Empresa estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

### **Riscos de oferta e demanda**

A Empresa está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Empresa gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

### **Riscos climáticos e outras**

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Empresa tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

### **Análise de sensibilidade**

A Empresa avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R\$ 3.380. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 3.124.

## **13 Impostos a recuperar**

	<b>2026</b>
ICMS (i)	1.253
Pis e Cofins (ii)	2.549
	<b>3.802</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.909</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>893</b>

- (i) Do montante de R\$ 1.253, R\$ 360 estão classificados no curto prazo, onde R\$ 150 corresponde a CIAP realização das próximas doze parcelas e R\$ 210 refere-se ao ICMS corrente (insumos e fretes). O saldo de longo prazo no montante de R\$ 893 será realizado do CIAP.

**Movimentação dos saldos ICMS**

A movimentação nos períodos pode ser assim demonstrada:

	<b>2026</b>
<b>Saldo inicial ICMS</b>	-
Adições	1.707
Compensações	(454)
<b>Saldo final</b>	<b>1.253</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>360</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>893</b>

- (ii) Do montante de R\$ 2.549 classificados no curto prazo, refere-se a créditos correntes (MI) utilizados para pagamento dos débitos mensais e posteriormente será realizado pedido de ressarcimento.

## 14 Investimentos

	<b>2026</b>
Investimentos avaliados a custo	<u><u>1</u></u>

## 15 Direito de uso

**Custo ou avaliação:**

<b>Saldo inicial</b>	-
Acervo líquido aportado na aquisição (nota 1)	91.919
Adições novos contratos - sem efeito caixa	7.028
Baixa de contratos - sem efeito caixa	(7.946)
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	(11.881)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b><u><u>79.120</u></u></b>

**Amortização:**

<b>Saldo inicial</b>	-
Adições - com impacto no resultado	(2.006)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b><u><u>(2.006)</u></u></b>

**Valor residual líquido:**

<b>Saldo inicial</b>	-
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>77.114</b>
<b>Taxa média de amortização</b>	<b>2,54%</b>

## 16 Imobilizado

	Terras e edificações	Equipamentos, máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Lavoura de Cana Formação	Imobilizações em andamento	Manutenção em equipamentos	Total
<b>Custo</b>								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Acervo líquido aportado na aquisição (nota 1)	43.728	198.998	5.441	5.327	108.328	7.881	6.057	375.760
Adições (ii)	6	5.363	141	40.896	17.462	1.734	47.929	113.531
<b>Saldos em 31 de março de 2026 (i)</b>	<b>43.734</b>	<b>204.361</b>	<b>5.582</b>	<b>46.223</b>	<b>125.790</b>	<b>9.615</b>	<b>53.986</b>	<b>489.291</b>
<b>Depreciação</b>								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Acervo líquido aportado na aquisição (nota 1)	(15.314)	(108.245)	(3.387)	(2.011)	(30.208)	-	-	(159.165)
Adições	(477)	(3.814)	(257)	(797)	-	-	-	(5.345)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>(15.791)</b>	<b>(112.059)</b>	<b>(3.644)</b>	<b>(2.808)</b>	<b>(30.208)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(164.510)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>27.943</b>	<b>92.302</b>	<b>1.938</b>	<b>43.415</b>	<b>95.582</b>	<b>9.615</b>	<b>53.986</b>	<b>324.781</b>

- (i) O montante de R\$ 43.734 em 31 de março de 2026 é composto por R\$ 1.714 referente a Terras e R\$ 42.020 a Edificações.
- (ii) Durante o período de 31 de março de 2026 a Empresa adquiriu ativos imobilizados no montante R\$ 113.531, dos quais R\$ 113.260 foram pagos no decorrer do período e o saldo remanescente no montante de R\$ 271 possui vencimento para os próximos 12 meses. O saldo a pagar em 31 de março de 2026 está registrado na nota explicativa nº 17).

**a. Valor Recuperável do ativo imobilizado**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período encerrado em 31 de março de 2026 a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

**17 Fornecedores de cana e diversos**

	2026
Ferrari Agroindústria S/A (nota explicativa nº 22)	1.097
Fornecedores diversos terceiros	25.660
	<u>26.757</u>

A Empresa avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores na data de 31 de março de 2026 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

A exposição da Empresa a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 27.

**18 Passivo de Arrendamento**

<b>Saldo inicial</b>	-
Acervo líquido aportado na aquisição (nota 1)	131.196
Adições novos contratos	7.028
Baixa de contratos	(7.946)
Pagamentos	(1.419)
Atualização	1.980
Remensuração dos contratos	(11.881)
<b>Em 31 de março de 2026</b>	<u><b>118.958</b></u>
<b>Circulante</b>	<b>38.574</b>
<b>Não circulante</b>	<b>80.384</b>

Abaixo cronograma de pagamentos dos arrendamentos a pagar do passivo não circulante em 31 de março de 2026:

	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
1 a 12 meses	47.773	38.574
13 a 24 meses	33.498	24.031
25 a 36 meses	27.731	19.894
37 a 48 meses	24.642	17.678
49 a 60 meses	16.803	12.055
A partir de 60 meses	9.377	6.726
	<u><b>159.824</b></u>	<u><b>118.958</b></u>

A taxa média ponderada de taxa de juros utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente dos contratos de arrendamentos em 31 de março de 2026 é de 16,10% a.a.

## 19 Salários e férias a pagar

	2026
Ordenados e salários	2.458
Férias e 13º salário	5.657
Obrigações sociais a recolher	3.454
	<u>11.569</u>

## 20 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

### a. Natureza dos tributos diferidos

Em 31 de março de 2026 a Empresa reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	Saldo inicial	Reconhecidos no Resultado	Saldo em 31 de março de 2026
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	24.007	24.007
Ativos biológicos	-	12.386	12.386
Passivo de arrendamento	-	1.355	1.355
Depreciação acelerada incentivada	-	(19.932)	(19.932)
	<u>-</u>	<u>17.816</u>	<u>17.816</u>
<b>Ativo fiscal diferido</b>			<u><b>17.816</b></u>

### b. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social do resultado do período

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	2026
<b>Prejuízo contábil antes do Imposto de renda e da Contribuição social</b>	<u><b>(48.976)</b></u>
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	16.652
<b>(+/-) Diferenças permanentes adições(exclusões):</b>	
Outras diferenças líquidas	<u>1.164</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<u><b>17.816</b></u>
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do período</b>	<u><b>17.816</b></u>
	<b>-36%</b>

### **Realização dos ativos fiscais diferidos:**

A Empresa, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 e CPC 32.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, são consideradas projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias aprovadas pela Administração. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Empresa.

## **21 Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

A Empresa possui contingências passivas com perdas possíveis envolvendo questões trabalhistas no montante estimado de R\$ 76 em 31 de março em 2026. Em função do estágio em que se encontram, o desfecho final dessas ações não pôde ser determinado no momento e, portanto, nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## **22 Partes relacionadas**

### **a. Controladora final**

A controladora direta é a Cresciumal Bioenergia S/A Participações com 100% de participação e as controladoras finais são a SRM Investimentos e Participações Ltda. e Ferrari Agroindústria S/A, com 50% de participação cada na controladora direta.

### **b. Remuneração de pessoal chave da Administração:**

O pessoal chave da administração da Empresa é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o período a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 19 em 31 de março de 2026. A Empresa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

### c. Benefícios a empregados

A Empresa fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, cestas básicas, cartão alimentação e vale refeições. Em 31 de março de 2026, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 46.

### d. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a transações realizadas entre a Empresa e suas partes relacionadas referem-se basicamente a:

		Ativo 2026	Passivo 2026	Receitas (despesas) 2026
<b>Mútuo financeiro</b>				
Cresciumal Bioenergia S/A Participações	(a)	-	107.743	(3.224)
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>107.743</b>	<b>(3.224)</b>
<b>Circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Não Circulante</b>		<b>-</b>	<b>107.743</b>	
<b>Fornecedores de cana e diversos (nota explicativa nº 17)</b>				
Ferrari Agroindústria S/A		-	1.097	(6)
<b>Contas a receber (nota explicativa nº 9)</b>				
Ferrari Agroindústria S/A		202	-	5
<b>Total</b>		<b>202</b>	<b>108.840</b>	<b>(3.225)</b>
<b>Circulante</b>		<b>202</b>	<b>1.097</b>	
<b>Não circulante</b>		<b>-</b>	<b>107.743</b>	

(a) Contratos de mútuo financeiro, com vencimento em 31 de dezembro de 2028 e taxa de juros SELIC.

## 23 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 240.382, dividido em 240.382 (duzentos e quarenta milhões, duzentos e oitenta e duas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, bens e direitos líquidos de obrigações, detidas pela única sócia Cresciumal Bioenergia S/A Participações, conforme Cessão e Transferência de Quotas realizado pela Raízen Energia S.A.

## 24 Receita líquida

### a. Fluxos da receita

A Empresa gera receita principalmente pela venda de açúcar e etanol e seus derivados. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado e a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos é apresentada conforme segue:

	2026
<b>Vendas de produtos no mercado interno</b>	
Etanol hidratado	1.814
Outros (i)	23
<b>Total da receita bruta</b>	<b>1.837</b>

	<b>2026</b>
Receita bruta fiscal	1.837
(-) Impostos sobre as vendas	<u>(374)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u><u>1.463</u></u></b>

- (i) Do montante de R\$ 23, R\$ 5 foi vendido para a parte relacionada Ferrari Agroindústria S/A conforme nota explicativa nº 22.

## 25 Despesas operacionais por natureza

	<b>2026</b>
Matéria prima	(591)
Amortização CPC 06 (R2) – Direito de Uso	(2.006)
Despesas com pessoal	(3.820)
Serviços de terceiros	(949)
Outras despesas	(670)
Depreciação e amortização	(365)
Despesas tributárias	(353)
Despesas com manutenção	<u>(66)</u>
	<b><u><u>(8.820)</u></u></b>

<b>Reconciliação com despesas operacionais</b>	<b>2026</b>
Custo dos produtos vendidos	(2.598)
Despesas gerais e administrativas	<u>(6.222)</u>
	<b><u><u>(8.820)</u></u></b>

## 26 Resultado financeiro líquido

	<b>2026</b>
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimentos de aplicações financeiras	1
Descontos obtidos	<u>25</u>
	<b><u><u>26</u></u></b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Juros - Contratos de mútuo (nota explicativa nº 22)	(3.224)
Juros - Contratos de arrendamento	(1.980)
Outras despesas financeiras	<u>(12)</u>
	<b><u><u>(5.216)</u></u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u><u>(5.190)</u></u></b>

## 27 Instrumentos financeiros

**a. Classificação contábil e valores justos**

***Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias***

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Empresa e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

Em 31 de março de 2026	Valor contábil			Valor justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>					
Aplicações financeiras	2.460	-	2.460	2.460	2.460
<b>Total</b>	<b>2.460</b>	<b>-</b>	<b>2.460</b>	<b>2.460</b>	<b>2.460</b>
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	75	75	-	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	-	366	366	-	-
Conta corrente - Cooperativa	-	1.100	1.100	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.541</b>	<b>1.541</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em 31 de março de 2026	Valor contábil	
	Outros passivos financeiros	Total
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Fornecedores de cana e diversos	26.757	26.757
Passivo de arrendamento	118.958	118.958
Mútuo financeiro	107.743	107.743
Outras contas a pagar	542	542
<b>Total</b>	<b>254.000</b>	<b>254.000</b>

Em 01 de novembro de 2025 (Não auditado)	Valor contábil	
	Outros passivos financeiros	Total
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Passivo de arrendamento	131.196	131.196
<b>Total</b>	<b>131.196</b>	<b>131.196</b>

**b. Mensuração do valor justo**

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores possuem o valor justo que se aproximam do valor contábil.

Em nenhum ano, a Empresa efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

## c. Gerenciamento de risco financeiro

### Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Empresa de clientes e em títulos de investimento.

### *Exposição a risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>2026</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.535
Contas a receber de clientes e outros créditos	366
Conta corrente - Cooperativa	1.100
	<b>4.001</b>

### *Perdas por redução no valor recuperável*

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	<b>2026</b>
A vencer	366
	<b>366</b>

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A Empresa tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições.

Não existe na história da Empresa registro de perdas de Caixa e equivalentes de caixa.

### **Contas correntes – Cooperativa**

Toda a receita de venda de produtos açúcar e etanol da Empresa é gerada via transações com a Cooperativa, para a qual a Empresa entrega toda a sua produção de açúcar e etanol. A Cooperativa, por sua vez, tem contrato de longo prazo com a Copersucar S.A. e suas subsidiárias, no qual estão definidos preço e prazo médio de recebimento.

#### *ii) Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão de fluxo de caixa da Empresa monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Empresa e o cumprimento de suas metas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<b>2026</b>	<b>01/11/2025</b> <b>(Não auditado)</b>
Fornecedores de cana e diversos	26.757	-
Passivo de arrendamento	118.958	131.196
Mútuo financeiro	107.743	-
Outras contas a pagar	542	-
	<b>254.000</b>	<b>131.196</b>
<b>Circulante</b>	<b>65.873</b>	<b>42.649</b>
<b>Não circulante</b>	<b>188.127</b>	<b>88.547</b>

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Em 31 de março de 2026	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 119 meses
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>								
Fornecedores de cana e diversos	26.757	26.757	26.757	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	118.958	159.824	47.773	33.498	27.731	24.642	16.803	9.377
Mútuo financeiro	107.743	242.612	-	-	242.612	-	-	-
Outras contas a pagar	542	542	542	-	-	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A Empresa utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Empresa tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

### iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	2026
<b>Ativos financeiros</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.535
<b>Passivos financeiros</b>	
Fornecedores de cana e diversos	26.757

### Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa estar sujeito a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

### *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, a Empresa efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário Provável corresponde as taxas de juros, na data das demonstrações financeiras.

Instrumento	Valor	Risco	Em 31 de março de 2026	
			Provável	
			%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras	2.460	CDI	2%	52
<b>Resultado financeiro líquido (estimado)</b>				<b>52</b>

### *Risco operacional*

#### **Aspectos ambientais**

A Empresa considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Empresa diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas. Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Empresa está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Empresa realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. A Empresa não foi afetada de forma relevante nos incêndios divulgados pela mídia, sendo que os incêndios ocorridos nas lavouras da Empresa, não causaram impactos significativos nas operações ou no valor justo de seus ativos e passivos.

#### **Gerenciamento do capital**

A gestão de capital da Empresa é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Empresa para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir, conforme números da Empresa:

	2026	01/11/2025 (Não auditado)
<b>Total do passivo</b>	<b>266.739</b>	<b>131.196</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.535)	-
(=) Passivo Líquido (A)	<b>264.204</b>	<b>131.196</b>
Total do patrimônio líquido (B)	<b>208.484</b>	<b>239.644</b>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	<b>1,27</b>	<b>0,55</b>

## **28 Compromissos de compra e venda**

### **Compromissos de compra de cana de açúcar**

A Empresa possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos exercícios de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Empresa será determinada ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA. O volume comprometido pela Empresa é de aproximadamente 1.329.125 toneladas de cana por safra, sendo 537.811 de fornecedores e 791.314 de parceria.

## **29 Eventos subsequentes**

A Cresciumal Agroindústria Ltda. passou a ser associada da COPERSUCAR – COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO, conforme Contrato Regulamentar de Execução de Disposições Estatutárias e de Assunção de Outras Obrigações e Garantias assinado em 16 de abril de 2026, passando a entregar a totalidade de sua produção de açúcar e etanol, durante as safras 2026/2027, 2027/2028 e 2028/2029. Com isso, a Empresa possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol junto a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Empresa também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

\* \* \*

Antonio Carlos Previte  
Diretor

Sergino Ribeiro de Mendonça Neto  
Diretor

Elizabeth de Souza  
Contadora  
CRC – 1SP236105/O-0

## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 8C54EC59-3F17-8965-8290-D72502A6383E

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: 01 - Cresciumal Agroindústria Ltda - 31.03.2026\_VF\_CLIENTE.pdf

Área:

Envelope fonte:

Documentar páginas: 47

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 4

Rubrica: 0

Rodrigo Bako Fernandes Da Silva

Assinatura guiada: Ativado

Av. Higienópolis 1100

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Londrina, PR 86020-911

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

rodrigobsilva1@kpmg.com.br

Endereço IP: 147.161.129.16

## Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Rodrigo Bako Fernandes Da Silva

Local: DocuSign

26/06/2026 12:52:13

rodrigobsilva1@kpmg.com.br

## Eventos do signatário

Daniel Marino de Toledo

ID: 215.991.288-37

DMToledo@kpmg.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

### Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC Certisign RFB G5

CPF do signatário: 21599128837

Assunto: CN=DANIEL MARINO DE TOLEDO:21599128837

## Assinatura

Assinado por:  
  
 CAEF2ABB08B74B5...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 179.113.206.245

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

[http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC\\_Certisign\\_RFB/DPC\\_AC\\_Certisign\\_RFB.pdf](http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf)

## Registro de hora e data

Enviado: 26/06/2026 13:05:24

Visualizado: 26/06/2026 13:15:11

Assinado: 26/06/2026 13:15:42

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 14/05/2026 16:04:33

ID: 9c0b163a-f8a3-41f4-936e-771d8baace17

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Igor Da Silva Tanaka

**Copiado**

Enviado: 26/06/2026 13:15:45

ISTANAKA@kpmg.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

<b>Eventos com testemunhas</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

<b>Eventos do tabelião</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
----------------------------	-------------------	--------------------------------

<b>Eventos de resumo do envelope</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	26/06/2026 13:05:25
------------------	------------------------	---------------------

Entrega certificada	Segurança verificada	26/06/2026 13:15:11
---------------------	----------------------	---------------------

Assinatura concluída	Segurança verificada	26/06/2026 13:15:42
----------------------	----------------------	---------------------

Concluído	Segurança verificada	26/06/2026 13:15:46
-----------	----------------------	---------------------

<b>Eventos de pagamento</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
-----------------------------	---------------	-----------------------------

<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico</b>		
---	--	--

## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

### **How to contact KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br](mailto:br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br)

### **To advise KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. of your new email address**

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br](mailto:br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br) and in the body of such request you must state:

your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

#### **To request paper copies from KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to [br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br](mailto:br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br) and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

#### **To withdraw your consent with KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.**

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to [br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br](mailto:br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

#### **Required hardware and software**

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

#### **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. during the course of your relationship with KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA..